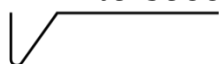


Uma retomada decolonial do conceito de Interseccionalidade



Leticia Povala Li¹

Resumo

A presente resenha crítica tem o objetivo de apresentar a obra intitulada *Interseccionalidade*, de Carla Akotirene, a todas as pessoas que tenham interesse no conceito forjado a partir dos feminismos negros e de questões que perpassam, sobretudo, as vidas das mulheres negras. Nesse sentido, apresentam-se os pontos de destaque do texto, a forma como está estruturado, as principais disputas em torno do conceito, bem como as críticas e as contribuições para pensar a realidade e o feminismo brasileiros. Assim, articulam-se diálogos estruturados com base em múltiplas vozes de teóricas feministas em trânsito no Atlântico, tendo como alicerce as epistemologias dos feminismos negros e decoloniais.

Palavras-chave: Interseccionalidade; feminismos negros; feminismos decoloniais; decolonialidade.

Abstract

This critical review aims to present the work entitled *Intersectionality*, by Carla Akotirene, to all those interested in the concept forged from black feminisms and issues that permeate, above all, the lives of black women. In this sense, the main points of the text are presented, the way it is structured, the main disputes around the concept, as well as the criticisms and contributions to thinking about Brazilian reality and feminism. Thus, structured dialogues are articulated based on multiple voices of feminist theorists in transit in the Atlantic Ocean, having as foundation the epistemologies of black and decolonial feminisms.

Keywords: Intersectionality; black feminisms; decolonial feminisms, decoloniality.

¹ Mestranda em Teoria e História do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC). Cientista Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pesquisadora no Dispolítica – Núcleo de Pesquisas em Direitos, Subjetividades e Política (CNPq/UFSC). Bolsista CAPES/PROEX. E-mail: leticia.li@usp.br.

O livro *Interseccionalidade*, escrito por Carla Akotirene (2019), integra a Coleção Feminismos Plurais, coordenada pela filósofa Djamilia Ribeiro, e foi publicado pela editora Pólen e pelo Selo Sueli Carneiro em 2019. A coleção é responsável pela publicação e divulgação de obras escritas por intelectuais negras e negros renomados sobre temáticas fundamentais para a formação teórica dos movimentos em geral, sobretudo o(s) feminismo(s) negro(s)², de modo a contribuir com um projeto político e uma práxis das lutas antiopressão.

Carla Akotirene é mestra e doutoranda em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bacharela em Serviço Social. Atua como assistente social atendendo mulheres em situação de violência doméstica em Salvador e é autora da obra *Ó Pa Í, Prezada - Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*, baseada na sua dissertação de mestrado, lançada em 2020 pela editora Pólen.

Assim como as demais obras da coleção, o texto pretende apresentar o conceito de forma didática e acessível, mas não se limita a isso. Akotirene (2019) resgata o termo, formulado na academia pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989, 2002, 2017 [1993]), de forma crítica, e o traduz para o pretuguês brasileiro de Lélia González (2020). Fazendo uma releitura a partir da tradição Iorubá, a autora nos apresenta à possibilidade de decolonização da ferramenta analítica ao propor um deslocamento do esvaziamento do conceito promovido pela apropriação branco-eurocêntrica, para o “Atlântico como lócus de opressões cruzadas” (AKOTIRENE, 2019, p. 20), metáfora geopolítica utilizada para caracterizar os movimentos de resistência afrodiaspóricos.

A partir do posicionamento de reapropriação e reformulação da interseccionalidade, levantando suas raízes e fundamentos no feminismo negro, Akotirene defende a validade de seu uso crítico e político para pensar a concretude e a realidade brasileira, seja adotando-o como metodologia, ferramenta analítica ou perspectiva. O livro divide-se em cinco capítulos, que serão apresentados na sequência junto às principais discussões.

No primeiro capítulo, *Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade*, Akotirene faz a defesa de um uso político e crítico em oposição ao esvaziamento do termo. O

² O termo “feminismo negro” é utilizado pela autora no singular, porém, é possível pensá-lo no plural. Primeiro, porque não equivale somente a um movimento feminista, mas elabora uma epistemologia própria. Em segundo lugar, porque, como veremos na obra analisada, há toda uma multiplicidade e pluralidade no pensamento feminista negro.

esvaziamento é promovido pela apropriação indevida por acadêmicas do feminismo branco, eurocêntrico e hegemônico e, muitas vezes, por órgãos consultivos que propõem “políticas públicas cumulativas, transversais e pró-formas, de suposto caráter interseccional, antidiscriminatório” (Ibid, p. 24). Sobre seu esvaziamento, a autora enfatiza que:

[...] costumam usar a interseccionalidade como correspondente às minorias políticas ou à diversidade, chegando mesmo a questionar a agência da mulher negra, como se encruzilhada fosse tão somente o lugar da decisão da vítima: levantar-se ou continuar caída? Sentir ou não as feridas da colonização? É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade. (Ibid, p. 24).

Para fundamentar essa crítica, é feito um resgate da ancestralidade de pensadoras negras em diáspora, africanas e terceiro-mundistas. Começando pelo famoso discurso de Sojourner Truth, em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio (*E não sou uma mulher?*), depois, passando pela criação do Coletivo *Combabe River*, organização negra lésbica, na década de 1970 em Boston, com especial destaque para as irmãs Barbara e Beverly Smith, até chegar em autoras que são referências na contemporaneidade: as afro-estadunidenses Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Patricia Hill Collins; as afro-latinoamericanas, especialmente, as brasileiras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Luiza Bairros, que já articulam raça, gênero, classe, território e outros cruzamentos de opressões antes do conceito de interseccionalidade ganhar popularidade na academia.

Além das articulações e contribuições metodológicas da epistemologia feminista negra, Akotirene destaca o pensamento decolonial, sobretudo de autoras e autores latinoamericanos do projeto Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade (MCD), dentre eles Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel e Walter D. Mignolo, bem como feministas decoloniais, a chicana Gloria Anzaldúa, a argentina María Lugones e a afro-dominicana Ochy Curiel. Assim, com tamanha robustez de percursos:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Ibid, p. 19).

O segundo capítulo aponta na direção do uso da interseccionalidade de modo ético, responsável e não vazio: *Vamos pensar direito: interseccionalidade e as mulheres negras*. A palavra “direito” do subtítulo permite um duplo sentido: o primeiro e mais evidente é sinônimo de “correto”, “certo”, “vamos pensar certo, correto”; o segundo é capturado ao longo da leitura da seção e remete ao campo do Direito, ou área do Direito, porque traz discussões e possibilidades acerca do uso neste campo, visto que o termo foi assim nomeado por Crenshaw (1989, 2002, 2017) em decorrência de uma denúncia de discriminação realizada em 1976 por mulheres negras contra a montadora *General Motors* (Estados Unidos). A denúncia por discriminação de raça e gênero apresentava o histórico da empresa de contratar apenas homens negros e mulheres brancas para desempenhar funções distintas, excluindo mulheres negras da contratação. A empresa defendeu-se alegando que não fazia discriminação racial porque tinha funcionários negros e que não discriminava por gênero porque contratava mulheres e, por isso, Crenshaw identifica na decisão tal lacuna: a ausência de uma lente interseccional.

Trazendo para o contexto brasileiro, Akotirene (2019) promove neste capítulo a defesa da perspectiva interseccional no uso prático em situações concretas postas no campo jurídico, sobretudo no que diz respeito aos Direitos Humanos e ao Direito Penal e suas interlocuções com as políticas públicas. A apropriação indevida de cunho neoliberal, apontada no primeiro capítulo, pode reforçar posturas que aumentem o encarceramento em massa de pessoas negras e violências contra mulheres negras, o que não é desejável e representa os perigos de se utilizar a ferramenta de modo descolado de uma postura decolonial. Segundo a autora (Ibid, p. 65), “quando ausentes os letramentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas, ambos reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos”.

Nesse sentido, o terceiro capítulo, *Atlântico e diferenças entre irmãs: críticas ao conceito de interseccionalidade*, é essencial, pois é nele que Carla Akotirene levanta as principais críticas elaboradas por feministas negras em diáspora (afro-estadunidenses e afro-latinoamericanas), africanas, feministas alinhadas ao pensamento decolonial e pensadoras associadas ao mulherismo, trazendo contrapontos e convergências em um diálogo de múltiplas vozes. Segundo Akotirene (Ibid, p. 77), “universalizante e deliberada, a sororidade dá a falsa impressão de existir empatia e homogeneidade de posicionamento terceiro-

mundista, africano e estadunidense contra o colonialismo moderno”. Por isso, é imprescindível trazermos a multiplicidade dos pensamentos.

Uma das principais críticas acusa o conceito de ancorar-se em teorias feministas brancas e metanarrativas ocidentais, também utilizadas pelos feminismos negros, o que revelaria certo epistemicídio de outras lentes fora desse circuito. Uma expoente das epistemologias africanas, Oyèrónké Oyewùmí, aponta para problemáticas que envolvem assumir categorias ocidentais como os binarismos, a família nuclear ocidental e patriarcal e até mesmo o gênero, que é uma “categoria historicamente recente para o povo iorubá” (Ibid, p. 81).

Outra crítica que reverbera na obra advém da lesbofeminista Ochy Curiel que classifica o termo como “liberal”, que deixa de considerar “o sistema mundo colonial de gênero como articulador das experiências intercruzadas, as quais o racismo compõe, sem centralidade, o problema estrutural”. Para Curiel, a interseccionalidade precisa reconhecer experiências impostas por este sistema colonial sem secundarizar opressões não relacionadas à raça. Outra questão levantada é assumir que as identidades são constituídas de forma autônoma (Ibid, p. 86-88).

Cabe destacar o apontamento feito por Houria Bouteldja (2016), que alerta para o risco do conceito ser usado pelo feminismo ocidental salvacionista quando distante do projeto decolonial, ideia que se alinha à crítica realizada por Françoise Vergès (2020) em *Um feminismo decolonial*, que denuncia a islamofobia de feministas brancas que se dizem progressistas ou de esquerda em países europeus. Além disso, Bouteldja (2016) se opõe à ideia de que as feministas negras estadunidenses foram as primeiras a articularem gênero, raça e classe. Para ela, os colonizadores e os racistas foram os primeiros a explorarem a interseccionalidade, o que significa que o conceito pode ter um “uso repressivo” ou “negativo” (Ibid, p. 6).

Continuando com as críticas ao conceito, Akotirene separa uma seção específica para tratar d’*A crítica de Angela Davis*, que aponta para o paradoxo do conceito ter sido forjado dentro do campo do Direito, porque acaba legitimando esse sistema que é “condenado politicamente pela seletividade racial e estereótipos pós- coloniais”, além de “lesbofobias e machismos serem peças da estrutura carcerária idêntica à sociedade ampla em qualquer lugar do mundo”. A interseccionalidade, dessa forma, “está servindo para garantir êxitos dos chamados por ela de ‘feminismos carcerários’, engajados na punição dos

homens negros agressores de mulheres” (AKOTIRENE, 2019, p. 106-107). Segundo Akotirene, Davis critica, sobretudo, o viés neoliberal da utilização da interseccionalidade pelo feminismo carcerário que, ao individualizar condutas, tira a atenção do Estado. Para trazer um contraponto a este argumento, recorreremos ao início do texto, em que Akotirene (Ibid, p. 47) afirma que “a interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída [...]”, isto é, as opressões expostas pela interseccionalidade não possuem raízes individuais, mas estruturais e são elas que devem ser desarticuladas.

No capítulo de fechamento, o debate não é encerrado, pelo contrário: *Cruzar o Atlântico nem sempre encerra a travessia*. Aqui, a autora volta a defender a interseccionalidade como instrumento no campo da justiça, assumindo o Estado Democrático de Direito enquanto regulador oficial das relações sociais. Para isso, invoca a “presença ancestral de Marielle Franco [...] para enfrentar os regimes jurídicos do colonialismo brasileiro” e afirma que “o conhecimento deve ir além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero, mas enlanguescendo-se” (Ibid, p. 113). Conclui a defesa do seu uso fazendo uma analogia à fala da vereadora assassinada no dia 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro:

A interseccionalidade é a autoridade intelectual de *todas as mulheres que um dia foram interrompidas*. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora. (Ibid, p. 120, grifo meu).

Dessa forma, estamos diante de uma obra que, longe de apenas apresentar-nos um conceito e suas disputas, também o reelabora a partir de um robusto arsenal teórico, atualizando a ferramenta para leitura da realidade brasileira. Suas contribuições vão além do aprofundamento da interseccionalidade e traz como marca de uma honestidade acadêmica as críticas e contradições que o conceito pode suscitar. De todo modo, a chamada ao seu não esvaziamento por meio da conexão com bases epistemológicas decoloniais e feministas negras continua válida e potente para pensarmos resistências e lutas em um sistema que é estruturalmente capitalista, racista, sexista, lgbtfóbico, capacitista e promove uma série de opressões diariamente. O que Carla Akotirene nos ensina é que uma luta que se diz antiopressão não pode e nem deve resultar em outras formas de opressão.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro). 152 p.

BOUTELDJA, H. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686/13991>. Acesso em: 30 out. 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, Iss. 1, Art. 8, p. 139-167. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* [online], Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 1.sem/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em 12 jan. 2021.

_____. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. *Portal Geledés* via Revista Subjetiva, 23 dez. 2017 [1993]. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-](https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/)

[de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/](https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/). Acesso em: 25 mar. 2021.

GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 p.